



ID: 118320784

23-07-2025

O Conhecimento ao Serviço da Sociedade - Politécnico de Leiria

A Carta Educativa: um farol para as Políticas Educativas Locais?

Donato Rosa*



Já se questionou sobre a intrínseca ligação entre a Educação e o futuro das nossas cidades? A Educação, em todas as suas dimensões, é muito mais do que a mera transmissão de conhecimentos: é um motor de desenvolvimento social, económico e cultural. As escolas são espaços de formação, mas também de construção de cidadania, onde crianças e jovens adquirem ferramentas para transformar o mundo à sua volta. Neste contexto, as decisões locais sobre políticas educativas, investimentos e recursos ganham uma importância substancial. É aqui que entra em cena a Carta Educativa do Município, um documento que

procura refletir as escolhas e prioridades de uma comunidade, promovendo um futuro melhor através de uma educação de qualidade.

A mais recente transferência de competências na área da educação trouxe novas responsabilidades (e desafios) para os municípios. No entanto, levanta-se uma questão fundamental: estarão os municípios a capitalizar esta oportunidade para transformar a educação local? A minha investigação procura aprofundar esta questão, analisando se as Cartas Educativas se revelam instrumentos verdadeiramente eficazes na definição e implementação de políticas educativas que respondam às necessidades específicas de cada comunidade. Para isso, tenho escutado as vozes das autarquias, dos agrupamentos, das escolas não agrupadas e das escolas profissionais dos municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria. Se é importante garantir que as escolas têm autonomia para tomar decisões, sem ficarem su-

jeitas a processos (re)centralizadores no local, também será fundamental que o poder central apoie os municípios.

Ao analisar o que já foi escrito sobre o tema, verifica-se que a modernização da educação tem seguido um caminho focado na eficiência e na competitividade, utilizando indicadores e comparações como referência. Embora isto possa contribuir para a otimização dos recursos educativos e uma racionalização dos recursos existentes, existe um risco: conceitos fundamentais como autonomia, participação e descentralização acabam por ser acolhidos mais como ferramentas de gestão do que como valores essenciais da educação. Além disso, as políticas internacionais, que por um lado defendem a educação como um direito humano e, por outro, promovem modelos económicos e tecnocráticos, muitas vezes impõem padrões globais que não consideram as necessidades e características próprias de cada região.

Embora o D.L. n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e a Carta Educativa se apresentem como mecanismos de incentivo à participação local e à adaptação das políticas educativas às realidades locais, a bibliografia tem exposto processos centralizadores e a imposição de modelos padronizados. Ainda assim, será que poderemos usar a Carta Educativa para construir um sistema educativo mais próximo das pessoas, mais adaptado às necessidades locais e mais capaz de responder aos desafios do século XXI? A investigação em curso procura contribuir para este debate, na esperança de que a Região de Leiria, onde a tradição e a modernidade se cruzam, possa ter uma Educação cada vez mais forte, inclusiva e inspiradora. ◀

***Professor na ESECS, professor do AE Marinha Grande Poente, doutorando em Ciências da Educação – Organização e Administração Escolar, membro do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho**